

## 7. ESTIGMA E DISCRIMINAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: UM OBSTÁCULO PARA A RESPOSTA NACIONAL AO HIV/AIDS

Nos últimos 25 anos de história da AIDS, o HIV espalhou-se, mostrando-se democrático quanto às vítimas, sem distinguir entre gênero, orientação sexual ou grupo social. No entanto, desde o início da epidemia o estigma relacionado à AIDS silenciou a discussão sobre o problema. Para falar sobre AIDS, devemos começar admitindo que nossos preconceitos, medos e ignorância transformam as doenças em crimes e as pessoas doentes em culpados.

Em meados de 2005, a sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre AIDS definiu o estigma e a discriminação relacionados ao HIV/AIDS como um obstáculo na América Latina. A estigmatização leva à falta de informação sobre o vírus e sobre a transmissão, contribuindo para a expansão da epidemia. Considerar os grupos estigmatizados como os únicos vulneráveis reduz a percepção do risco individual e dos limites do auto-cuidado. Em muitos países da região, a vergonha relacionada à AIDS faz com que as pessoas não queiram saber se têm ou não o vírus, ou mesmo que prefiram desistir do tratamento e da assistência para viver no anonimato. Estes são ambientes hostis, onde é preferível morrer logo do que tornar pública a condição de HIV positivo. Este é o motivo porque um ambiente social estigmatizante é um grande obstáculo para aperfeiçoar a prevenção, a assistência e o tratamento, bem como melhorar o impacto social da doença.

O estigma é uma atribuição depreciativa unilateral conferida a uma pessoa com uma característica específica. No caso do HIV/AIDS, este fenômeno costuma se sobrepor a comportamentos previamente discriminados, como comércio sexual, consumo de drogas ou determinadas práticas sexuais. Desde o início da epidemia, diversas metáforas associando o HIV/AIDS à culpa, à morte e ao proibido contribuíram para ampliar a discriminação, enquanto sugeriam que a AIDS é uma doença dos outros: gays, mulheres, africanos - não de todos. Idéias que fortalecem a metáfora do HIV como um tipo de punição que culpa aqueles que são diferentes, ao mesmo tempo em que liberta o restante da responsabilidade de encarar o problema.

É desta forma que os estigmas relacionados à AIDS envolveram-se com outras diferenças ligadas a tendência sexual, raça ou etnia, que legitimam o domínio de certos grupos sobre outros. Os estereótipos e suposições sobre os hábitos de alguns indivíduos intensificam as diferenças existentes. O mito da epidemia foi construído com base em suposições sobre hábitos sexuais e imoralidade do comportamento.

Estas metáforas consolidadas traduzem-se em ações contra as pessoas estigmatizadas. A discriminação coloca o estigma à frente das violações dos direitos humanos, como o direito à ausência de discriminação, o direito a condições de trabalho justas e favoráveis e o direito à intimidade, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O surgimento da AIDS não apenas modificou as relações interpessoais como também as ligações entre a pessoa e o Estado, enquanto responsável pela dignidade das pessoas. Assegurar os direitos de cada cidadão é responsabilidade do Estado, mas é responsabilidade do cidadão respeitar o Estado.

Neste contexto, a mídia tem relevância primordial. É a mídia que estabelece as prioridades das agendas governamentais e também suas características qualitativas. A imprensa constrói

imagens que apresentará como “realidade”. Ela colabora com a criação e a consolidação das crenças compartilhadas, através das quais as sociedades constroem significados para o mundo. Ainda há muito a ser feito, mas, em muitos países da região, sem o suporte da mídia não teria sido possível progredir na redução da estigmatização e na mudança de preconceitos estabelecidos no início da epidemia.

Encarar o estigma e a discriminação deve ser uma prioridade para o desenvolvimento de estratégias contra o HIV/AIDS. A promoção e proteção dos Direitos Humanos são condições básicas para responder à epidemia em nível regional. Assegurar acesso universal à prevenção e ao tratamento nos países da América Latina ainda é um grande desafio.

## Referências

UNAIDS. Impulsar una acción eficaz sobre el VIH/ SIDA. Un desafío persistente para los mandatarios de la cumbre de la OEA, novembro de 2005.

Maglio, Ignacio. Derechos Humanos. Derecho a la dignidad y SIDA en Actualizaciones en SIDA. Volume 2. No 3.

Aggleton, P., Word, K. y Malcolm, A. Violaciones de los derechos humanos, estigma y discriminación relacionados con el VIH, UNAIDS, Abril, 2005.

Vazquez, M., Salomé M., Pregno, E., Wald, G. Derechos Humanos y SIDA. Guía para promotores comunitarios, Fundación Huésped - Royal Embassy of the Netherlands, agosto de 2004.